

**HABEAS CORPUS Nº 491.112 - SP (2019/0027043-0)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : HELDER SILVA**  
**ADVOGADO : HELDER SILVA - SP416749**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : GABRIEL TORRES (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GABRIEL TORRES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2005382-76.2019.8.26.0000).

Consta dos autos ter sido o paciente preso cautelarmente pela suposta prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem objetivando a soltura do paciente, a ordem foi denegada.

No presente *writ*, insurge-se o impetrante contra a prisão cautelar do paciente e requer, liminarmente e no mérito, seja revogada a sua custódia provisória.

Liminar indeferida (e-STJ fl. 27) e prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ fls. 84/94).

É, em síntese, o relatório.

Pois bem. Informações extraídas do endereço eletrônico do Tribunal de origem noticiam a superveniência, em 22/3/2019, de sentença condenatória em desfavor do ora paciente.

Assim, fica sem objeto este *writ*, à vista da superveniência de novo título a embasar a custódia, não submetido a pronunciamento do Tribunal de origem.

A propósito:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA QUE MANTENHA A CUSTÓDIA CAUTELAR. NOVO TÍTULO. PREJUDICIALIDADE DO RECURSO EM HABEAS CORPUS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. Cediço que não cabe a interposição de embargos de declaração contra decisão monocrática que julga prejudicado recurso, mas, em*

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

*consonância ao princípio da fungibilidade recursal, há que se receber esta irresignação como agravo regimental.*

*2. Prevalece no âmbito da Sexta Turma desta Corte o entendimento no sentido de que constitui novo título a expedição de sentença condenatória que mantenha a custódia preventiva, mesmo que não lance mão de novos fundamentos para a manutenção daquela. Precedentes.*

*3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.*

(EDcl no RHC 78.448/MG, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 23/03/2017, grifei.)

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator